



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA

RUA DOMINGOS BRAGA, S/N

10164028/0001-18

Exercício: 2022

CONSOLIDADO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Page 1

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social Capial Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-239.539.204,61	0,00	-239.539.204,61
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-980.954,45	0,00	-980.954,45
Aumento de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-13.246.858,81	0,00	-13.246.858,81
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/Reversão de reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos a distribuir (R\$... por ação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos finais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-253.767.017,87	0,00	-253.767.017,87





INFORMAÇÕES GERAIS: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal da Aliança CNPJ: **10.164.028/0001-18**
Rua Domingos Braga, Centro – CEP 55.890-000 – Aliança-PE

A Prefeitura Municipal da Aliança concebida quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Durante o exercício de 2022 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.750/2021 de 04 de Novembro de 2021 (LOA 2022). Sua fonte financeira deriva do recebimento de Transferências Financeiras do Tesouro Municipal e outras fontes de arrecadação definidas em Lei.

Dados do Gestor:

Nome: Xisto Lourenço de Freitas Neto .Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2022 a 31/12/2022.

Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:

Nome: Julierme Barbosa Xavier. CRC-PE nº 17.454. E-mail: julierme@gmail.com
Nome: Rochana Adrielly de Lira Tavares. CRC-PE n.º 22.340/O-9 E-mail: rochana975@hotmail.com

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal 4.320/64, portaria conjunta STN/SOF Nº 117 de 28 de dezembro de 2021 e portaria nº 1.131 de 04 de dezembro de 2021, que aprova o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 como igualmente pela Portaria STN nº 548/2015 com a implementação dos procedimentos patrimoniais, com a integralização total dos procedimentos aos demonstrativos contábeis.

Resumo das políticas contábeis significativas:

O Balanço Patrimonial apresenta quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do Ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo e demais créditos e valores a curto prazo) e Ativo Não Circulante (realizável em longo prazo: créditos a longo prazo, imobilizado e depreciação, exaustão e amortização acumuladas). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências



a pagar de curto, empréstimo e financiamento em curto prazo, fornecedores a conta a apagar em curto prazo e demais obrigações em curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhista, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo e provisões a longo prazo). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta a conta mínima de resultados Acumulados. No quadro são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciadas em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais de ativos e os passivos. O balanço mostra também as contas com o superávit/déficit acumulados e ajustes de exercícios anteriores. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Bases de mensuração utilizadas:

Os Ativos e Passivos resultantes da execução orçamentária do exercício 2022 foram mensurados inicialmente a custo histórico com determina a Resolução 1.137/2008. No plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura).

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

1. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:

1.1 Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante deixado em 31/12/2022 soma R\$ 13.265.107,45, aumentando em R\$ 1.296.371,54, em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 11.968.735,91.



1.1.1 Caixa e equivalente de caixa

A soma do caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2022 soma R\$ 10.954.442,32, houve um aumento com relação a 2021 de R\$ 1.131.891,80.

1.1.2 Créditos a Curto Prazo

A soma dos créditos a curto prazo em 31/12/2022 soma R\$ 905.066,93, houve um aumento com relação a 2021 de R\$ 39.253,10.

1.1.3 Demais créditos e valores a curto prazo

A soma dos demais créditos e valores a curto prazo em 31/12/2022 soma R\$ 1.405.598,20, houve um aumento com relação a 2021 de R\$ 125.226,64.

NÚMERO DO PARCELAMENTO	QUANTIDADE DE PARCELAS	SALDO RESIDUAL
381/2019	12	R\$ 41.411,16
958/2019	12	R\$ 627.259,92
TOTAL		R\$ 668.671,08

1.1.4 Estoques

Não há registro.

1.2 Ativo Não Circulante

1.2.1 Ativo Realizável a Longo Prazo

A soma da conta ativo realizável a longo prazo em 31/12/2022 soma R\$ 8.157.901,02, houve um aumento com relação a 2021 de R\$ 3.679.866,14.

1.2.2 Investimento

Não há registro.

1.2.3 Imobilizado

Imobilizado aos os direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e controle desses bens. O valor do imobilizado ao final do exercício de 2021 totalizou R\$ 24.469.621,00. No exercício de 2022 chegou ao montante de R\$ 33.234.432,46 sendo:



Descrição	2022	2021
Bens Móveis	25.498.022,89	20.333.276,00
Bens Imóveis	11.900.780,75	7.276.151,86
(-) Depreciação, exaustão e amortização acumulada	-4.164.371,18	-3.139.806,86
Total	33.234.432,46	24.469.621,00

No decurso do exercício de 2022 foram efetuadas as incorporações sintéticas ao patrimônio da Prefeitura Municipal da Aliança nas contas Bens Móveis (aumento de R\$ 5.164.746,89 em relação ao ano de 2021) e Imóveis (aumento de 4.624.628,89 em relação ao ano de 2021), enquanto que as notas fiscais e documentos decorrentes das aquisições também instruíram o cadastramento. Historicamente nas contas Bens Imóveis, registrado o valor global dos imóveis desmembrado. É relevante informar que no plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura). Tem indicador permanente.

1.2.4 Depreciação

Os valores da depreciação acumulada (bens móveis) foram obtidos com a mesma metodologia do ano anterior, em 2022 está acumulada em R\$ -4.164.371,18 e em 2021 o valor de R\$ -3.139.806,86. A mesma foi aplicada seguindo a metodologia linear correspondente a 10% a.a.

1.3 Passivo Circulante

O valor total do Passivo Circulante totalizou em 2022 o valor de R\$ 24.232.796,92, uma diminuição com relação ao exercício anterior de R\$ 2.405.668,74.

1.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

São as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais empregados ou servidor tenha direito; aposentadoria reforma pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo estão compreendidos nesse grupo em 2022 Pessoal a Pagar no valor de R\$ 6.588.390,17, Benefícios previdenciários a pagar no valor de R\$ 3.088.836,04, Encargos sociais a Pagar no valor de R\$ 2.599.571,46, Empréstimos e Financiamentos a curto prazo no valor de R\$ 2,82,



Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo no valor de R\$ 5.318.016,12, enquanto os valores das demais obrigações a curto prazo na importância de R\$ 6.637.980,31.

1.3.2 Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo

Valores identificados no item 1.3.1.

1.3.3 Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais A Curto Prazo:

Valores identificados no item 1.3.1.

1.3.4 Demais Obrigações à Curto Prazo

Valores identificados no item 1.3.1

1.4 Passivo Não Circulante

1.4.1 Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e Assistenciais:

São as obrigações referentes a Contribuições Previdenciárias – encargos sociais a pagar está compreendido nesse grupo no valor de R\$ 46.293.443,68, sendo R\$ 3.846.428,38 contribuição a regime próprio de previdência (RPPS) e R\$ 42.447.015,30 contribuição ao RGPS, como também obrigações fiscais a longo prazo no valor de R\$ 640.106,84. Quanto aos valores do RGPS estão fundamentados em relatórios emitidos pela RFB e quanto ao RPPS com informações da NAF – Núcleo de Auditoria Fiscal do MPS. Tem indicador permanente “P”.

Quanto ao acordo de parcelamento de nº 381/2019 firmado entre o Instituto Previdenciário e o Poder Legislativo referem-se a créditos não repassados da patronal da competência 01/2017 a 12/2018 de alíquotas suplementares no valor originário de R\$185.000,31 (Cento e Oitenta e Cinco Mil Reais e Trinta e Um Centavos), após correções monetárias, chegando ao valor atualizado de R\$207.055,61 (Duzentos e Sete Mil e Cinquenta e Cinco Reais e Sessenta e Um Centavos), sendo classificados em até 12 meses (curto prazo) no valor de R\$41.411,16 (Quarenta e Um Mil e Quatrocentos e Onze Reais e Dezesesseis Centavos).

Quanto ao acordo de parcelamento de nº 958/2019 firmado entre o Instituto Previdenciário e o Poder Executivo referem-se a créditos não repassados da patronal até competência 12/2012 com o valor originário de R\$5.011.564,94 (cinco milhões, onze mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), após correções monetárias, chegando ao valor atualizado de R\$10.454.332,45 (dez milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e trinta e dois reais e quarenta e cinco centavos), sendo classificados em até 12 meses (curto prazo) no



valor de R\$627.259,92 (Seiscentos e Vinte e Sete Mil e Duzentos e Cinquenta e Nove Reais e Noventa e Dois Centavos) e 3.198.675,04 (Três Milhões e Cento e Noventa e Oito Mil e Seiscentos e Setenta e Cinco Reais e Quatro Centavos) classificados a longo prazo.

NÚMERO DO PARCELAMENTO	QUANTIDADE DE PARCELAS	SALDO RESIDUAL
381/2019	2	R\$ 7.117,76
958/2019	32	R\$ 3.191.557,28
TOTAL		R\$ 3.198.675,04

1.4.2 Provisões a Longo Prazo

O relatório de Avaliação Atuarial 2023 – Ano Base 2022, foram executadas pela empresa ARIMA: Conceito Inovador em Consultoria Atuarial e gestão de Risco, assinado pelo Atuário Túlio Pinheiro Carvalho – Atuário Iba 1626, apresentando memória de cálculo específica designada no Plano proposto que segue abaixo Balanço Atuarial do Plano Previdenciário – Plano de Custeio Proposto:

Quanto as provisões matemáticas constantes no Balanço Patrimonial, apresentam a seguinte composição:

Plano Previdenciário – Provisão de Benefícios Concedidos ----- R\$ 281.157.084,97

Plano Previdenciário – Provisão de Benefícios a Conceder ----- R\$ 154.585.100,47

Plano Previdenciário – Plano de amortização ----- R\$ -198.484.074,08

1.5 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. O saldo patrimonial do exercício de 2021 foi de R\$ -239.539.204,61 e em 2022 totalizou em R\$ -253.767.017,87 (compõe o PL: superávits ou déficits do exercício e dos exercícios anteriores, e a conta de ajustes de exercícios anteriores). Houve uma variação de R\$ 14.227.813,26, de 2021 para 2022, devido a variações das operações da entidade. Tem indicador permanente.

1.6 Outras Informações relevantes:

1.6.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais reconhecidos.

Não houve registro e execução de passivos contingentes.



1.6.2 Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

1.6.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

1.6.4 Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

1.6.5 Adequação do PIPCP:

As informações apresentadas nos Balanços Patrimonial, Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao parágrafo 4 do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

